

# **Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioprodutiva na Região Sul**

Marcelo Porteiro Cardoso, Geraldo Smith, Joaquim Pedro de  
Vasconcelos Cordeiro, Paulo Fernandes Montano e  
Rodrigo Cesar Vilas Boas Cardoso

# 7

---

## **Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioproductiva na Região Sul**

---

MARCELO PORTEIRO CARDOSO

GERALDO SMITH

JOAQUIM PEDRO DE VASCONCELOS CORDEIRO

PAULO FERNANDES MONTANO

RODRIGO CESAR VILAS BOAS CARDOSO

## RESUMO

*Este capítulo relativo ao trabalho sobre o olhar do BNDES para a Região Sul do Brasil procurou apontar as ações de inclusão socioprodutiva rural e urbana com base nos pontos de convergência entre a atuação da Área Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS) e as diretrizes do governo federal de buscar a competitividade do setor agropecuário e de diminuir a pobreza urbana e rural no Brasil, além do importante apoio ao segmento agropecuário da região. O setor agropecuário brasileiro deve seu desenvolvimento e dinamismo, em grande parte, às atividades agropecuárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, nesse cenário, a Região Sul é uma importante personagem, haja vista que, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responde por cerca de 27% do Valor da Produção Agropecuária do país. De acordo com os principais pontos estratégicos de sua atuação, a AGRIS analisou, neste artigo, as ações por ela realizadas, as que estão em desenvolvimento e as em perspectiva, notadamente no financiamento de investimentos na agricultura familiar, no agronegócio em geral, no cooperativismo de crédito e de produção e na inclusão socioprodutiva urbana.*

## ABSTRACT

*This chapter focuses on labor within the BNDES' approach to Brazil's South region, and seeks to highlight efforts aimed at rural and urban, social and production inclusion. This is based on issues that both the Agricultural, Cattle-raising and Social Inclusion Division (AGRIS) and the federal government's guidelines agree upon when it comes to fostering competitiveness in the agricultural and cattle-raising sector and to reducing urban and rural poverty in Brazil, besides the important support for the same sectors in the South region. The growth in Brazil's agricultural and cattle-raising sector is largely due to such activities in the South, Southeast and Central-west regions. Within this scenario, the South region is a key payer, because, according to data from the 2006 Agricultural and Cattle-raising Census put together by the Brazilian Geography and Statistics Institute (IBGE), it accounts for close to 27% of the Value of Agricultural and Cattle-raising Production in the country. In accordance with the main strategic issues of its operations, AGRIS, in this article, analyzed its own efforts, those underway and those under analysis, especially in financing investments in family farming, in agribusiness as a whole, in credit and production cooperatives, and in urban social and production inclusion.*

## INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil tem uma expressiva participação na economia do país e representou aproximadamente 22,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), contribuindo para que o país ocupe notável posição mundial na produção agroindustrial: primeiro produtor mundial de café, cana, açúcar e laranja; segundo produtor mundial de soja e primeiro exportador mundial de carne bovina e de aves.

Além dessa expressiva participação no PIB, o agronegócio cria aproximadamente 37% (segundo dados da CNA) de todos os empregos do país e responde por aproximadamente 39% das exportações. O agronegócio continua a crescer, apresentando safras recordes de oleaginosas, cereais e fibras, que atingiram, em 2013, a produção de 186 milhões de toneladas, destacando-se as safras de soja e de cana-de-açúcar e a exportação de carne de aves.

Nesse ambiente, a Região Sul do país é a principal exportadora nacional (32,65% do total) e exportou principalmente fumo, grãos, gorduras vegetais, cereais, leguminosas e oleaginosas e pescado.

Por ser o agronegócio uma atividade que exige máquinas e equipamentos, insumos caros e sofisticados e crescente emprego de tecnologia, necessita de acesso aos recursos financeiros adequados e tempestivos. Por isso, a cada ano, as ligações existentes entre o BNDES e a Região Sul são fortalecidas. O volume de contratações, voltadas ao setor agropecuário, realizadas pelo Banco nessa região atingiu valores substanciais no período 2013-2014, representando cerca de 49% dos valores totais desembolsados para o setor e, no ano-safra 2012-2013, representou cerca de 43%.

Além disso, a AGRIS tem como foco a ampliação do apoio do BNDES à inclusão socioprodutiva e, também, ao fomento para inovação, sustentabilidade socioambiental e desenvolvimento regional.

## UM OLHAR PARA A REGIÃO: DEMOGRAFIA E O PERFIL DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO SUL

### Demografia

A comparação dos dados dos dois censos demográficos mais recentes do IBGE, 2000 e 2010, permite constatar que a Região Sul apresentou um crescimento perto de 9% em sua população, e a população urbana cresceu pouco mais de 14% e a rural diminuiu na mesma proporção. Como pode ser observado na Tabela 1, em todos os estados houve redução da população rural.

TABELA 1 População

		2000	Distribuição (%)	2010	Distribuição (%)	Varição (%)
PR	Urbana	7.786.084	81,4	8.912.692	85,3	14,5
	Rural	1.777.374	18,6	1.531.834	14,7	(13,8)
SC	Urbana	4.217.931	78,7	5.247.913	84,0	24,4
	Rural	1.138.429	21,3	1.000.523	16,0	(12,1)
RS	Urbana	8.317.984	81,6	9.100.291	85,1	9,4
	Rural	1.869.814	18,4	1.593.638	14,9	(14,8)
Região	Urbana	20.321.999	80,9	23.260.896	84,9	14,5
	Rural	4.785.617	19,1	4.125.995	15,1	(13,8)
	Total	25.107.616		27.386.891		9,1

Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Nessa década, o IBGE mostra que a Região Sul do país apresentou intensa movimentação de pessoas: 407 mil pessoas saíram de outras regiões para se fixar na Região Sul, ao mesmo tempo em que cerca de 621 mil habitantes se deslocaram da região, sendo 380 mil para a Região Sudeste e 164 mil para a Região Centro-Oeste.

### Agropecuária

Os números relativos aos valores das produções mostram que 53% dos valores da produção agropecuária na Região Sul está apoiada na exploração das lavouras temporárias, principalmente grãos e oleaginosas, 13% nas lavouras permanentes e silvicultura e 30% na produção de aves e animais de médio e grande portes, como visto na Tabela 2. Essas atividades concentram 97% dos valores agropecuários.

TABELA 2 Valor da produção (em R\$ mil)

Tipo de produção	Brasil	%	Sul	%
Vegetal – lavouras temporárias	77.250.132	47,3	23.390.438	53,4
Animal – de grande porte*	31.392.589	19,2	6.247.192	14,2
Animal – aves	10.492.358	6,4	3.805.619	8,7
Animal – de médio porte*	5.193.541	3,2	3.229.173	7,4
Vegetal – lavouras permanentes	25.519.793	15,6	2.981.556	6,8
Vegetal – silvicultura	5.662.270	3,5	2.677.380	6,1
Vegetal – horticultura	4.374.604	2,7	894.287	2,0
Vegetal – extração vegetal	1.258.495	0,8	255.257	0,6
Animal – pequenos animais	1.138.002	0,7	230.136	0,5
Vegetal – floricultura	632.857	0,4	100.744	0,2
Agroindústria	376.329	0,2	31.280	0,1
	<b>163.290.970</b>		<b>43.843.062</b>	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

\* Pequenos animais: cunicultura e avicultura; médios animais: caprinocultura, estrutiocultura, ovinocultura e suinocultura; e grandes animais: bovinocultura, bubalinocultura e equinocultura.

Os destaques relativos à produção das lavouras temporárias são os grãos (soja, milho, arroz, trigo e feijão), que participam com 43% da produção brasileira, e o fumo, que participa com 97%, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 Valores das produções das lavouras temporárias (em R\$ mil)

Produtos da lavoura temporária	Brasil	Sul	Participação (%)
Soja	19.745.500	7.901.041	40,0
Milho	13.440.535	5.750.474	42,8
Fumo	2.882.770	2.787.873	96,7
Arroz em casca	4.128.047	2.701.684	65,4
Cana-de-açúcar	22.575.258	1.462.112	6,5
Trigo	904.146	821.790	90,9
Mandioca	3.809.261	583.221	15,3
Feijão	2.726.607	558.827	20,5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Nota: Representatividade da amostra: 96% do valor produzido na região.

A importância da produção de soja da região pode ser percebida pelos números da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), quando sinalizam que no período de janeiro a setembro de 2013, o Brasil exportou

40,6 milhões de toneladas de soja e processou internamente cerca de 40,9 milhões de toneladas, totalizando uma produção de 81,5 milhões de toneladas [Conab (2013)]. De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Região Sul foi responsável pela produção de 30,1 milhões de toneladas (40% da produção brasileira de soja).

Interessante destacar que a área destinada ao plantio de grãos na região, no comparativo entre as safras 2011-2012 e 2012-2013, não apresentou grande crescimento, com um avanço de, apenas, 2,7%. Em contrapartida, a quantidade produzida cresceu 23,6% mostrando que houve forte crescimento (20,4%) no desempenho da produtividade, conforme é apresentado na Tabela 4.

**TABELA 4** Comparativo de área, produtividade e produção de grãos – produtos selecionados,\* safras 2011-2012 e 2012-2013

	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)
N	1.795,9	1.874,6	4,4	2.760	2.936	6,4	4.956,0	5.503,2	11,0
NE	7.331,7	7.329,4	0,0	1.700	1.675	(1,5)	12.466,7	12.278,4	(1,5)
CO	18.828,9	20.644,7	9,6	3.781	3.760	(0,6)	71.196,7	77.615,3	9,0
SE	4.878,9	4.963,2	1,7	4.051	4.078	0,7	19.764,7	20.241,0	2,4
S	18.049,8	18.529,6	2,7	3.203	3.856	20,4	57.814,1	71.455,9	23,6
Brasil	50.885,2	53.341,5	4,8	3.266	3.507	7,4	166.198,2	187.093,8	12,6

Fonte: Conab – Levantamento: setembro 2013.

\* Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (primeira e segunda safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (primeira, segunda e terceira safras), girassol, mamona, milho (primeira e segunda safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Justificando o aumento da produtividade de grãos na região, ao examinar o desempenho dos principais produtos, mostrados na Tabela 5, observam-se aumentos de 16,6% e 49,1% na produtividade do milho e da soja, respectivamente.

Segundo a Conab, a cultura da soja apresentou uma redução de 8,9 milhões de toneladas, passando de 75,3 milhões de toneladas colhidas na safra 2010-2011 para 66,4 milhões na safra 2011-2012. As condições climáticas adversas causadas pelo fenômeno La Niña foram as responsáveis pelo resultado negativo da

safra. O longo período de estiagem causou perdas significativas às lavouras nos estados da Região Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, com perdas de 43,8%, seguido pelo Paraná com redução de 29,0%. O estado de Santa Catarina também enfrentou as adversidades climáticas.

**TABELA 5 Produtividade, safras 2011-2012 e 2012-2013 (em kg/ha)**

	Milho			Soja		
	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)
N	2.902	3.166	9,1	3.027,0	2.954,0	(2,4)
NE	1.802	2.134	18,4	2.880,0	2.193,0	(23,9)
CO	5.880	5.725	(2,6)	3.036,0	2.981,0	(1,8)
SE	5.708	5.747	0,7	2.899,0	3.086,0	6,5
S	4.953	5.777	16,6	2.037,0	3.038,0	49,1
Brasil	4.808	5.115	6,4	2.651,0	2.938,0	10,8

Fonte: Conab – Levantamento: setembro 2013.

Os Estados Unidos da América (EUA) são os maiores produtores mundiais de milho, com produtividade média de 9.000 kg/ha a 10.000 kg/ha, e a produtividade da soja de 2,7 t/ha. Comparativamente, a produtividade na Região Sul foi de 5,8 t/ha para as lavouras de milho e de 3,0 t/ha para a soja.

Ainda analisando a produtividade, a observação acerca da mecanização agrícola do país mostra que grande parte da frota de tratores e colheitadeiras, cerca de 44%, está alocada na região, como mostra a Tabela 6.

**TABELA 6 Mecanização agrícola**

	Tratores		Colheitadeiras		Frota total	
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%
Brasil	820.718		116.081		936.799	
Norte	26.868	3,3	2.092	1,8	28.960	3,1
Nordeste	62.444	7,6	9.430	8,1	71.874	7,7
Sudeste	256.912	31,3	23.249	20,0	280.161	29,9
Sul	347.008	42,3	62.053	53,5	409.061	43,7
Centro-Oeste	127.486	15,5	19.257	16,6	146.743	15,7

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

## Pecuária

Em relação à produção pecuária, no período de 1995 a 2006, a região apresentou um forte crescimento na produção de suínos e aves, mas contando com declínio significativo nos rebanhos bovinos e ovinos. Segundo os dados dos censos agropecuários de 1995 e 2006, nesse período o rebanho bovino da região diminuiu 10% e o ovino 29% e, em 2006, esses efetivos representavam 13% e 30% da produção nacional, respectivamente. Por outro lado, o rebanho suíno cresceu cerca de 34% e a produção de aves, praticamente, dobrou apresentando um crescimento de 91%. Observa-se, também, que a concentração desses rebanhos na região é relevante em relação à totalidade do país: 54% do rebanho suíno brasileiro e 48% da produção de aves estão na região.

Merece especial destaque a distribuição da produção da região entre os seus três estados, no ano de 2006, *vide* Tabela 7. O estado do Rio Grande do Sul liderou no quantitativo de cabeças dos rebanhos bovinos e ovinos (48% e 83%, respectivamente), Santa Catarina configurou-se como principal estado produtor de suínos, com 39%, e o estado do Paraná foi o maior produtor de aves da região, com cerca de 42% da produção regional.

TABELA 7 Efetivo dos animais

Espécie	Brasil		Sul		Participação (%)		Sul – variação 1995-2006 (%)
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	
Bovinos (cabeças)	153.058.275	176.147.501	26.219.533	23.578.619	17,1	13,4	(10,1)
Ovinos (cabeças)	13.954.555	14.167.504	5.858.833	4.182.359	42,0	29,5	(28,6)
Suínos (cabeças)	27.811.244	31.189.351	12.495.608	16.750.420	44,9	53,7	34,1
Aves (mil cabeças)	718.538	1.143.458	280.107	533.593	39,0	46,7	90,5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Ainda tratando da pecuária, chama a atenção a produção de leite, uma vez que no período de 2010 a 2012 a produtividade

se manteve em patamares elevados, justificados pelo emprego de tecnologia, fator no qual se percebe que a região apresenta os melhores índices, conforme visto nas tabelas 8 e 9.

**TABELA 8** Quantidade de leite produzida (em mil litros) e participação na produção nacional

	2010	%	2011	%	2012	%
Brasil	30.715.460		32.096.214		32.304.421	
Norte	1.737.406	5,7	1.675.284	5,5	1.658.315	5,4
Nordeste	3.997.890	13,0	4.109.527	13,4	3.501.316	11,4
Sudeste	10.919.686	35,6	11.308.143	36,8	11.591.140	37,7
Sul	9.610.739	31,3	10.226.196	33,3	10.735.645	35,0
Centro-Oeste	4.449.738	14,5	4.777.064	15,6	4.818.006	15,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM – IBGE).

**TABELA 9** Emprego de tecnologia (em %)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
	Estabelecimentos produtores					
Tanque para resfriamento	1,3	0,3	10,8	24,1	8,0	10,8
	Estabelecimentos produtores com mais de cinco vacas ordenhadas					
Ordenha mecânica	1,8	2,1	20,5	38,2	7,1	13,0
Inseminação artificial	2,6	3,5	9,6	22,3	4,7	7,6
Transferência de embriões	0,2	0,3	0,8	0,9	0,4	0,5

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Censo Agropecuário 2006.

As informações a seguir complementam o perfil do agronegócio na região e mostram que na Região Sul existe uma forte presença da agricultura familiar e que esse segmento de produtores tem acessado com vigor o crédito rural.

Em comparação às demais regiões do país, observa-se, na Tabela 10, que a região tem grande concentração de estabelecimentos de agricultores familiares, alto índice de produtores habilitados para acessar a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que corresponde à estatística relativa aos Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAPs) válidos, o maior número de contratos de crédito no Pronaf (ano-safra 2012-2013, até 30.4.2013), assim como o maior volume de recursos contratados por meio desse programa.

TABELA 10 Principais características da agricultura familiar

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Número de estabelecimentos de agricultores familiares <sup>1</sup>	217.522	2.185.320	411.506	699.697	849.983	4.364.028
	5,0%	50,1%	9,4%	16,0%	19,5%	
DAPs válidos em 15.8.2013 <sup>2</sup>	133.057	2.690.610	370.704	515.979	673.299	4.383.649
	3,0%	61,4%	8,5%	11,8%	15,4%	
Número de contratos* de crédito do Pronaf <sup>3</sup>	29.745	520.399	32.905	180.653	536.062	1.299.764
	2,3%	40,0%	2,5%	13,9%	41,2%	
Valor contratado* no Pronaf na safra 2012-2013 (R\$ mil) <sup>3</sup>	714.241	1.591.754	581.638	2.497.338	7.985.419	13.370.390
	5,3%	11,9%	4,4%	18,7%	59,7%	
Número de assentados <sup>4</sup>	134.171	310.382	405.605	44.588	36.161	930.907
	14,4%	33,3%	43,6%	4,8%	3,9%	

Fontes: <sup>1</sup> IBGE – Censo Agropecuário 2006; <sup>2</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); <sup>3</sup> Banco Central do Brasil (Bacen); e <sup>4</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

\* Até 30 de abril de 2013.

TABELA 11 Área utilizada pela agropecuária e pessoal ocupado

	Quantidade de estabelecimentos		Área utilizada (ha)		Média por estabelecimento (ha)	Pessoal ocupado	
	Quantidade	%	Quantidade	%		Quantidade	%
Brasil	Não familiar	809.369	253.577.343		313,3	4.245.095	
	Agricultura familiar	4.366.267	84%	80.102.694	24%	18,3	12.323.110
Sul	Não familiar	156.510	28.726.492		183,5	676.098	
	Agricultura familiar	849.693	84%	13.054.511	31%	15,4	2.244.347

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Como pode ser observado na Tabela 11, o tamanho médio dos estabelecimentos de agricultores familiares da região (15,4 ha) é menor do que a média dos estabelecimentos de agricultores familiares do país (18,3 ha).

## O APOIO DO BNDES À REGIÃO POR MEIO DOS PROGRAMAS DE CRÉDITO AGROPECUÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

O Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 foi lançado pretendendo atender às mais diversas demandas do agronegócio, como o aprimoramento das estruturas de armazenamento, mais recursos para o Programa ABC, lançamento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro)

para fomento e adoção de práticas tecnológicas pelos produtores e incremento do seguro rural.

Nesse plano foi lançado o Programa Inovagro, que tem como objetivo apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

Outro importante programa de financiamento para a região, dada sua característica de grande produtora de grãos e oleaginosas, é o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que tem por objetivo apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns.

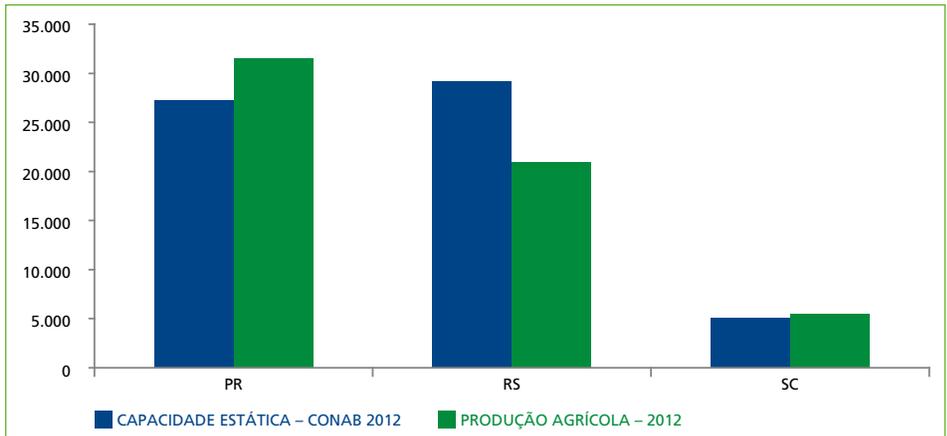
Na Região Sul, onde o crescimento da produção agrícola foi menos intenso nos últimos anos, as diferenças entre produção agrícola e capacidade estática eram menores que no restante do Brasil. Tal diferença era positiva no Paraná, próxima a zero em Santa Catarina e negativa no Rio Grande do Sul. Neste último, a capacidade estática excedia a produção agrícola em 8,3 milhões de toneladas. Na Região Sul, a parcela da capacidade estática de utilização restrita (63%) era, em 2011, maior que no Centro-Oeste (52%) [Maia *et al.* (2013)].

No âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF) destaca-se, ainda, o financiamento à agricultura de baixo carbono, realizado por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), pelo qual foram direcionados para a Região Sul em torno de R\$ 300 milhões em financiamentos, desde sua criação, no ano-safra 2010-2011, até o fim de 2013.

Por fim, a Região Sul respondeu por cerca de 49% dos valores aplicados, por intermédio do BNDES, no âmbito dos PAGFs, no ano-safra 2013-2014 e cerca de 43% no ano-safra 2012-2013.

A Tabela 12 mostra o volume de desembolsos do BNDES para a região, no âmbito dos PAGFs operacionalizados pelo BNDES.

**GRÁFICO 1** Região Sul: capacidade total de armazenagem x produção agrícola (em mil t)



Fonte: Conab.

**TABELA 12** Financiamentos do BNDES para a Região Sul por meio dos Programas Agropecuários do Governo Federal (em R\$ mil)

UF	Safra	PAGF	PSI (Rural)	Familiar	Total geral
Região	2010-2011	2.668.396	1.882.247	990.377	5.541.021
	2011-2012	2.125.145	1.804.877	1.223.369	5.153.391
	2012-2013	973.679	4.216.664	1.447.434	6.637.777
	2013-2014	1.594.865	2.784.158	839.385	5.218.408
Brasil	2012-2013	1.739.735	11.968.311	1.788.019	15.496.065
	Participação da Região Sul (%)	56,0	35,2	81,0	42,8
	2013-2014	2.407.252	7.385.466	925.679	10.718.397
	Participação da Região Sul (%)	66,3	37,7	90,7	48,7

Fonte: BNDES-OPE – Operações contratadas entre 1.7.2010 e 31.12.2013.

## O OLHAR PARA O COOPERATIVISMO NA REGIÃO SUL

### Cooperativismo de crédito

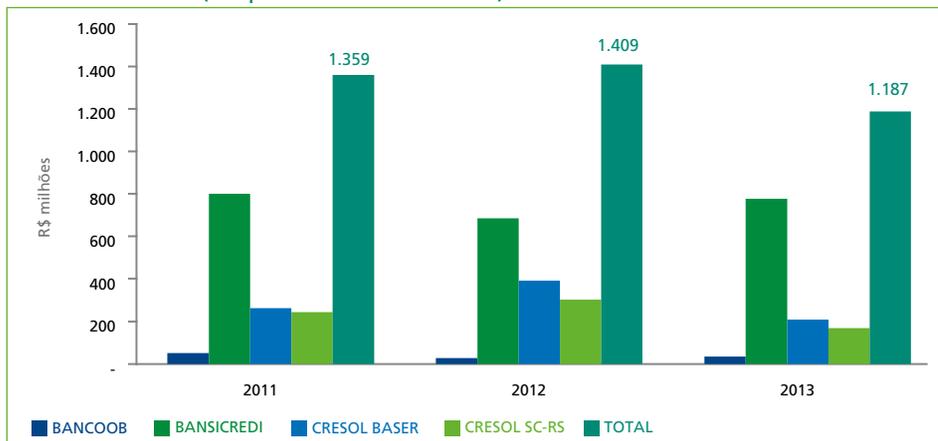
As cooperativas de crédito são instrumentos muito importantes, e até fundamentais, na inclusão financeira e social. Essas

entidades, além de realizar financiamentos, fomentam o desenvolvimento empresarial regional, fortalecem a união dos cooperados, promovem a geração de emprego e renda e têm como principal característica a oferta de crédito com juros mais baixos que a maioria dos bancos, e os recursos aplicados na cooperativa ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde está inserida.

Com evidente viés social, as cooperativas ajudam a promover o equilíbrio entre a situação econômica e a social. São estruturas constituídas de forma democrática e espontânea, com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, e os benefícios gerados retornam para seus sócios e comunidades da base regional de atuação.

A cultura cooperativista consolidada da região responde pela oferta de 44,6% dos empréstimos e mais da metade dos depósitos administrados pelo cooperativismo nacional (Portal do Cooperativismo de Crédito – jun. 2013). No período de 2011 a 2013, Gráfico 2, por meio do cooperativismo de crédito, o BNDES alocou cerca de R\$ 4 bilhões na Região Sul.

**GRÁFICO 2** Recursos do BNDES aplicados na Região Sul (cooperativismo de crédito)



Fonte: Elaboração própria, com base em BNDES-OPE.

## Cooperativismo de produção

Um dos ramos que mais se destaca no cooperativismo brasileiro é o agropecuário. As cooperativas participam de todas as etapas, seja com o suprimento de insumos, produção rural, industrialização, armazenamento, comercialização ou distribuição. Responsável por 22,8% do PIB, a agropecuária encontrou no cooperativismo um meio para se fortalecer e gerar riquezas. Em consequência, as cooperativas agropecuárias da Região Sul desempenham papel fundamental no aumento da competitividade do agricultor e da agroindústria (aves, suínos, leite, entre outras) e, também, como alternativa de renda e desenvolvimento local.

A região conta com cerca de trezentas cooperativas agropecuárias, das quais 81 no Paraná, 52 em Santa Catarina e 163 no Rio Grande do Sul.

As cooperativas de produção agropecuária ocupam lugar de destaque entre as cem maiores empresas da Região Sul e entre as quatrocentas maiores do agronegócio brasileiro, conforme divulgado pela revista *Exame*.

Das cinquenta maiores empresas do setor agropecuário na Região Sul, em receita líquida, o setor cooperativista apareceu com 21 nomeações, das quais quatro de Santa Catarina, 14 do Paraná e três do Rio Grande do Sul. A Coamo (PR) é a primeira do setor cooperativista a aparecer na lista, ocupando a terceira colocação na Região Sul e a nona no Brasil, seguida pela Cooperativa Central Aurora (SC), que foi apontada como a quarta colocada no Sul e 24ª no Brasil.

A pecuária e a agricultura são a força para o desenvolvimento dos estados do Sul do país e têm relação direta não apenas com o grande produtor, mas também com a agricultura familiar e o cooperativismo. Grande parte do que se produz no campo é proveniente de algum produtor ligado ao cooperativismo ou ações associativistas, e mais de 80% desses produtores integram a agricultura familiar.

O cooperativismo é responsável por organizar e fomentar a produção e a distribuição da produção da agricultura familiar. Assim, a concentração de cooperativas nos estados da Região Sul está relacionada diretamente com a estrutura produtiva dessa região, onde predominam pequenas e médias propriedades.

A soja, além de ser a cultura agrícola brasileira que mais cresceu nas últimas três décadas, corresponde a 49% da área plantada em grãos do país. O grão é componente essencial na fabricação de rações animais e tem uso crescente na alimentação humana.

O milho, tradicionalmente um produto colonial, é um dos macronutrientes básicos na fabricação de rações, associando-se assim ao complexo agroindustrial da soja e de carnes. Passou a ser um dos componentes essenciais nas composições destinadas ao alimento de aves, suínos e bovinos, e esse crescimento, sobretudo o de aves, ocorreu através do processo de integração dos produtores às cooperativas e agroindústrias que processam o abate.

Os avanços tecnológicos trouxeram aumento da produtividade dos grãos e estão associados ao manejo e eficiência dos produtores. Tendo se firmado como os produtos mais destacados da agricultura nacional e na balança comercial, os complexos agroindustriais da soja e do milho são dinamizados por milhares de produtores rurais, diversos agentes sociais, sistema financeiro, empresas, cooperativas etc. Nesse cenário, as cooperativas cumprem um papel significativo em toda a cadeia.

Oriundos, principalmente, da agroindústria esmagadora de grãos, a suinocultura e avicultura de corte são dois dos setores mais dinâmicos da agroindústria e cooperativismo sulinos. Hoje são os segmentos mais inovadores do ramo de processamento de carnes e lideram uma cadeia produtiva importante. No Sul, a suinocultura e a avicultura de corte são dinamizadas por empresas e cooperativas que promovem forte integração da cadeia produtiva e têm maior participação no mercado.

Em relação ao leite, pode-se observar que o aumento da produção na Região Sul (*vide* Tabela 8) é um exemplo do potencial da cadeia, com uma produção de 30 bilhões de litros no período de 2010 a 2012. De acordo com projeção da Embrapa, a Região Sul do Brasil será, a partir do próximo ano, a primeira em produção de leite no país.

Também nessa cadeia o cooperativismo é de suma importância, não sendo mais utilizado apenas como ponto de coleta do produto. Nessa cadeia, a característica das cooperativas é de influência regional, haja vista as distâncias entre as bacias produtoras e suas instalações de armazenamento e processamento.

Para fortalecer o cooperativismo, o BNDES propicia acesso ao crédito por meio de diversos programas. Os destaques ficam por conta dos seguintes instrumentos, como visto no Quadro 1: Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Investimento) – Agroindústria, Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas e Cooperativas Cerealistas Nacionais (BNDES Cerealistas) e Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

#### QUADRO 1 Programas destinados ao apoio às cooperativas de produção

Programas	Objetivo
Procap-Agro	Fortalecer a cooperativa para fortalecer o cooperado
Prodecoop	Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas
Pronaf Agroindústria	Prover recursos para atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf
BNDES PSI	Propiciar financiamentos para aquisições isoladas de máquinas e equipamentos novos
BNDES Cerealistas	Ampliação da capacidade de armazenamento nacional no segmento que atende diretamente ao produtor rural
PCA	Projetos para ampliação e/ou construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos e hortaliças

Fonte: BNDES.

## AS AÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUCTIVA REGIONAL

O BNDES, por meio da AGRIS, tem atuação diversificada, mas também muito voltada ao apoio a cooperativas. O cooperativismo pode ser observado em diversos setores, com a formação de cooperativas de crédito, agropecuárias, de trabalho etc. Essa forma de organização é um importante instrumento de economia solidária, na medida em que proporciona diversos benefícios para as sociedades mais carentes, como combate à pobreza, geração de renda, promoção da inclusão social, realização de negócios de forma sustentável e desenvolvimento das comunidades locais.

A Região Sul do Brasil, especialmente, apresenta de forma relevante a cultura do cooperativismo nas relações produtivas e comerciais, observadas tanto no campo quanto nas cidades. Nessa região, o BNDES tem atuado na área da economia solidária em três principais frentes: (i) microcrédito; (ii) fomento a atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda; e (iii) inclusão socioproductiva urbana.

### Microcrédito

O BNDES atua no segmento através do Produto BNDES Microcrédito, que tem como objetivo promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo, orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte, visando incentivar a geração de trabalho e renda, inclusão social, complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local.

A concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) aos potenciais empreendedores traz consequências positivas na renda e no emprego da região. O crédito adequado aos microempreendedores de baixa renda tem um efeito multiplicador na economia e nas condições sociais da região abrangida. No curto prazo, contribui para a geração de renda e, nos médio e longo prazos, dinamiza e potencializa a inserção de parcela informal da economia.

Segundo Barone *et al.* (2002):

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito, fundamental para a vida moderna, do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o País, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento.

O microcrédito destina-se a empreendimentos formais e informais, com pouco acesso ou excluídos dos serviços financeiros. Sua operacionalização pode ser efetuada através de instituições de primeiro ou de segundo piso. No primeiro piso, atuam as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO) – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), cooperativas singulares de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), agências de fomento e bancos comerciais – para as quais o BNDES fornece *funding* para realização de financiamentos diretamente para os microempreendedores tomadores finais. Já nas operações de segundo piso, o BNDES provê *funding* para os agentes de intermediação, como bancos de desenvolvimento, agências de fomento, bancos cooperativos e centrais de cooperativas de crédito, que são instituições intermediárias que repassam os recursos para as instituições que operam no primeiro piso. Na Região Sul, o BNDES desempenha papel relevante no primeiro piso ao prover recursos para 18 IMPOs (entre elas, 14 Oscips, que são instituições tradicionalmente mais frágeis e com maior dificuldade de acesso a *funding*), além de atuar no segundo piso por meio de seis agentes de intermediação, que repassam para outras IMPOs, colaborando para a disseminação da oferta de microcrédito.

No âmbito do Produto BNDES Microcrédito, a Região Sul apresenta uma participação relevante em todos os aspectos: instituições (43%); operações (53%); contratações (65%); e desembolsos (66%), conforme a Tabela 13.

TABELA 13 Financiamentos por meio do BNDES Microcrédito

Região	Operações	Instituições	Contratações (R\$ milhões)	Desembolsos (R\$ milhões)
N	0	0	0	0
NE	14	11	135	114
CO	5	2	17	10
SE	22	17	68	29
S	50	24	450	344
Inter-regional	3	2	25	23
Total	94	56	694	520

Fonte: BNDES.

No tocante aos dados financeiros, a Região Sul detém 65% da contratação, o que pode ser atribuído a fatores como: programas estaduais conduzidos por agências de fomento e bancos estaduais, como Fomento Paraná (PR), Badesco (SC) e Bannisul (RS); grande número de IMPOs, como Oscip, Cooperativas de Crédito Singular e SCM, nos três estados da região; e cultura empreendedora da população. Vale destacar que as duas maiores operações contratadas no âmbito do Programa BNDES Microcrédito ocorreram com o Bannisul (R\$ 51 milhões em 2012 e R\$ 83 milhões em 2013).

### Fomento a atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda

O apoio a projetos rurais de economia solidária tem um grande potencial de eficiência, dado que, com um volume relativamente reduzido de recursos, é possível atingir grandes objetivos. O investimento em projetos de geração de trabalho e renda, na área rural, incentiva a permanência do trabalhador no campo, promovendo a inclusão econômica e social de populações de baixa renda localizadas em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

O BNDES atua na Região Sul apoiando atividades rurais produtivas organizadas em cooperativas e associações de baixa renda de diversas formas ou modelos de operações diferentes. Esse apoio pode ser realizado diretamente com o beneficiário ou por

meio de parcerias com instituições privadas sem fins lucrativos, instituições públicas ou até mesmo com governos estaduais, potencializando seus programas de geração de emprego e renda e valorização da atividade econômica rural. Na modalidade direta, os apoios têm sido direcionados principalmente para investimentos em equipamentos, gestão e comercialização, tendo beneficiado cerca de 2 mil pessoas.

O BNDES também realiza um trabalho importante na indução de cadeias produtivas e no cooperativismo de assentados da reforma agrária.

O Programa Terra Forte é uma parceria entre BNDES, Fundação Banco do Brasil (FBB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Conab e Banco do Brasil, com coordenação da Secretaria Geral da Presidência República, voltado para a agregação de valor à produção agrícola em assentamentos da reforma agrária, com abrangência nacional. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300 milhões em cinco anos, dos quais 50% oriundos do BNDES Fundo Social.

Adicionalmente, o BNDES e o estado do Rio Grande do Sul têm uma atuação conjunta voltada para a qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos gaúchos, através do apoio a projetos produtivos aprovados no âmbito do Fundo de Terras do estado do Rio Grande do Sul (Funterra), que podem contemplar, a título exemplificativo, desde a construção de silos até a implantação de agroindústrias, abrangendo, ainda, outros investimentos que fortaleçam as diversas cadeias produtivas, como: produção de sementes; recuperação de solo; aquisição de equipamentos; desenvolvimento de técnicas de produção agroecológicas; entre outros. Até novembro de 2013, foram aprovados 79 projetos, no valor de cerca de R\$ 42 milhões, com potencial para beneficiar cerca de 6 mil pessoas. Por

fim, vale destacar que foram realizadas operações diretas com cooperativas no Paraná beneficiando cerca de mil famílias.

Recentemente, o BNDES firmou parcerias estratégicas com o estado de Santa Catarina, com o projeto Oportunidades a Empreendimentos Emergentes de Economia Solidária, e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), no Paraná.

O projeto Oportunidades a Empreendimentos Emergentes de Economia Solidária será executado por meio de editais propostos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) do estado de Santa Catarina, que selecionarão projetos de apoio a empreendimentos produtivos para a inclusão de pessoas de baixa renda. Além do aporte de contrapartidas próprias, o Sebrae de Santa Catarina será responsável pela execução de parte dos recursos investidos pelo estado. Além dos recursos financeiros pleiteados, os grupos selecionados receberão: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE); consultoria em desenvolvimento de produtos; capacitações em gestão empresarial, tecnológica, para melhoria de processo etc.; e ações de acesso ao mercado, como *marketing* e participação em feiras. Os recursos econômicos serão definidos pelo Sebrae/SC considerando o resultado de um diagnóstico setorial e territorial a ser realizado para as propostas selecionadas. A seleção de projetos dará prioridade a características como: municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M), número de mulheres beneficiadas, número de beneficiados, entre outras.

A parceria com a FPTI promove a redução das desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial da região oeste do estado do Paraná por meio de três formas de atuação: estruturação de empreendimentos produtivos coletivos de baixa renda, urbanos e/ou rurais, desenvolvidos nessa região; instalação do Mercado Municipal de Foz do Iguaçu, com vistas a gerar renda aos agricultores familiares e artesãos instalados na região e promover a cultura regional; e realização de ações voltadas à

modernização da gestão pública e à elaboração dos planos de saneamento ambiental de municípios pertencentes à região.

Ademais, o BNDES também atua em nível nacional com diversos parceiros públicos e privados, tais como: Fundação Banco do Brasil, Instituto Camargo Corrêa, Instituto Votorantim, Caritas Brasileira e Conab. Todas essas parcerias nacionais contemplam projetos na Região Sul, apoiando empreendimentos das mais diversas cadeias produtivas com investimentos em obras civis, máquinas e equipamentos, capacitação, serviços técnicos especializados, entre outros. Essas parcerias procuram, por meio de critérios específicos, destinar os recursos a públicos ou atividades prioritários. São exemplos desses critérios: Territórios da Cidadania, cidades de menor IDH, projetos agroecológicos, quilombolas, comunidades indígenas, mulheres, jovens, entre outros.

### Inclusão socioprodutiva urbana

O apoio aos catadores de materiais recicláveis objetiva o fortalecimento e a expansão das atividades de coleta seletiva, processamento e comercialização de produtos, por meio do apoio à melhoria da gestão, da capacitação técnica, da ampliação da infraestrutura operacional e da capacidade produtiva dos catadores. Os investimentos proporcionam o aumento de postos de trabalho, a melhoria das condições de higiene, saúde e segurança do trabalho, o aumento da renda, da capacitação e da autoestima dos catadores.

Igualmente ocorrem benefícios ao meio ambiente, mediante o desenvolvimento da consciência ambiental da população de onde são feitos os investimentos, a estruturação ou melhoria dos serviços de coleta seletiva de lixo e o aumento da vida útil dos aterros sanitários, pela redução do volume e do tipo dos materiais descartados nesses locais.

O BNDES apoia projetos alinhados ao Programa Nacional de Resíduos Sólidos, com foco na inclusão produtiva e geração de trabalho e renda. A atuação ocorre tanto com municípios (Curi-

tiba e Porto Alegre), por meio de melhor estruturação da coleta seletiva, como em atuações diretamente com cooperativas dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Em Curitiba, o projeto pretende colaborar com o desenvolvimento do Programa Ecocidadão por meio de investimentos em: coleta seletiva de materiais recicláveis e entrega nas unidades de triagem participantes; reforma das unidades de triagem já existentes, além da construção de novas; implantação de um galpão de armazenagem para a cooperativa central de comercialização; capacitação dos catadores; e aquisição de carrinhos elétricos para diminuir o esforço físico dos catadores nas ruas.

O projeto da coleta seletiva do município de Porto Alegre visa modernizar a estrutura de todas as Unidades de Triagem que atuam com a prefeitura, além da construção de novas unidades. Os recursos devem beneficiar cerca de 1.500 catadores, tanto os que já trabalham em unidades de triagem como catadores de rua – carrinheiros, carroceiros e catadores autônomos. O projeto prevê retirar os catadores das ruas, sendo-lhes oferecidas novas oportunidades tanto no ramo da reciclagem (unidades de triagem) como em outras atividades (construção civil, restaurantes etc.). Adicionalmente, colabora com o cumprimento da legislação municipal que estabelece a retirada gradual de circulação de veículos de tração animal (“carroças”) e humana (“carrinhos de mão”) das ruas até 2016, gerando benefícios de ordem urbana, como melhora no trânsito e na qualidade da coleta seletiva (os catadores de rua se antecipam à coleta municipal). Por fim, estão previstas a implantação de um programa municipal de educação ambiental e a estruturação de um programa de comercialização conjunta das unidades de triagem.

Portanto, na Região Sul, o BNDES tem conseguido financiar projetos nos principais ramos de atuação da economia solidária de forma bastante diversificada. O apoio realizado com a formação de parcerias tem possibilitado atingir milhares de beneficiários finais, em diversas localidades.

Assim, o apoio do BNDES ocorreu de forma bastante desconcentrada pelo território, principalmente em municípios do interior, menos desenvolvidos e com uma população mais carente e, além disso, o BNDES foi capaz de prover recursos financeiros para a implementação de políticas de governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

## REFERÊNCIAS

- BARONE F. M. *et al.* Introdução ao microcrédito. *Conselho da Comunidade Solidária*. Brasília: 2002. p. 11.
- CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da safra brasileira – Grãos – Safra 2012/2013 – Décimo segundo levantamento*. Brasília: Conab, 2013. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13\\_09\\_10\\_16\\_05\\_53\\_boletim\\_portugues\\_setembro\\_2013.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_09_10_16_05_53_boletim_portugues_setembro_2013.pdf)>. Acesso em: jan. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: 7 mai. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: mai. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: mai. 2013.
- MAIA, G. B. S. *et al.* Panorama da armazenagem de produtos agrícolas no Brasil. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. n. 40, p. 178-179, dez. 2013.

## Sites consultados

- ABRAMILHO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO – <[www.abramilho.org.br](http://www.abramilho.org.br)>.
- ANEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS – <[anec.com.br](http://anec.com.br)>.
- CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – <[cepea.esalq.usp.br](http://cepea.esalq.usp.br)>.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – <[www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)>.
- FACULDADE CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – <[www.faculdadecna.com.br](http://www.faculdadecna.com.br)>.
- MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>.